



**LEI Nº 3466/2025, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.**

*“Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para contratar operação de crédito, com instituições financeiras, com ou sem a Garantia da União, e dá outras providências.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PICOS, ESTADO DO PIAUÍ, Sr. Pablo Dantas de Moura Santos**, nos termos da Lei Orgânica Municipal, após a aprovação do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, promulga a seguinte Lei que *“Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para contratar operação de crédito, com instituições financeiras, com ou sem a Garantia da União, e dá outras providências”*:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto às instituições financeiras, até o valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), destinados a custear investimentos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, ou outras prioridades municipais, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 2º.** A operação de crédito de que trata esta Lei poderá ser contratada com ou sem garantia da União.

**§1º.** Caso a operação de crédito de que trata essa Lei seja contratada com garantia da União, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *"pro solvendo"*, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

**§ 2º.** Caso a operação de crédito de que trata esta Lei seja contratada sem garantia da União, para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *"pro solvendo"*, as receitas a que se referem o artigo 159,



inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f", da Constituição Federal, nos termos da ressalva apresentada pelo art. 167, inciso IV, da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los bem como outras garantias admitidas em direito.

**Art. 3º.** Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 4º.** Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

**Art. 5º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Picos, Estado do Piauí, em 15 de dezembro de 2025.**

PABLO DANTAS  
DE MOURA  
SANTOS:84145  
757300

Assinado de forma  
digital por PABLO  
DANTAS DE MOURA  
SANTOS:84145757300  
Dados: 2025.12.15  
08:49:36 -03'00'

**PABLO DANTAS DE MOURA SANTOS**  
Prefeito Municipal de Picos

Recebemos

ASSINATURA

A Ordem do dia da sessão de hoje  
Sala das sessões da Câmara  
Municipal de Picos

Em

Presidente

APROVADO FM: Primeira  
DISCUSSÃO POR: unanimidade  
SALA DAS SESSÕES, EM: 04-12-75  
Secretário

APROVADO FM: Segunda  
DISCUSSÃO POR: unanimidade  
SALA DAS SESSÕES, EM: 04-12-75  
Secretário

A SANÇÃO  
Sala das Sessões, Em

PRESIDENTE

LEVADO A SANÇÃO NESTA DATA  
Câmara Municipal de Picos

Em

Secretário da Câmara